

## A barbárie no âmago da civilização

Doutoranda Carla Carvalho Alves<sup>1</sup> (USP)

### Resumo:

*Para se pensar a civilização, entendida como um padrão moralista e decadente, Friedrich Nietzsche traz à tona o elemento bárbaro, ou, para definir a arte plástica, comedida e apolínea, o filólogo abarca a embriaguez e desmedida dionisíaca. Assim, é através da intervenção do elemento bárbaro que o filólogo alemão propõe sua reflexão crítica sobre a ordem, a civilização, a moral. Depreendendo da argumentação de Nietzsche, a possibilidade de se revisar a história e, até mesmo, a imanência valorativa dos conceitos morais, através da introdução de um elemento “não viciado”, estrangeiro, alheio ao status quo dominante, ou seja, o elemento bárbaro, buscaremos apresentar, em nosso trabalho, uma conjugação entre o âmbito literário e essa barbárie aqui alinhada à alteridade cultural, analisando para isso a figuração do mouro na História do Cerco de Lisboa, de José Saramago.*

**Palavras-chave:** civilização, barbárie, mouro, Saramago, Nietzsche

A cultura portuguesa, em suas vertentes folclórica, lendária e literária, contempla, com considerável frequência, a presença moura em Portugal. A forma de abordar o tema, entretanto, apresenta-se bastante descolada dos fundamentos históricos referentes à ocupação dos mouros. E, mesmo os fatos historiográficos sobre o assunto mostram-se, eventualmente, contraditórios e imprecisos. A recorrência dessa temática, seguindo contornos ficcionais, parece, assim, compensar uma deficiência factual a respeito desses povos. E, justamente, devido à autonomia em relação à história e à liberdade imaginativa com a qual se apresenta a figuração do elemento mouro, é que esse conteúdo suscita, também, reflexões sobre a própria cultura portuguesa. Ou seja, a utilização simbólica do mouro, designativa de uma alteridade expressiva e persistente no imaginário português, revela, por conseguinte, as próprias estruturas dessa cultura. E, deslocando um pouco a discussão, para uma abordagem mais teórica sobre o assunto, encontramos em Nietzsche uma afinidade com essa perspectiva, quando na obra do filósofo alemão coloca-se a importância de se introduzir um elemento estrangeiro, “não viciado”, alheio ao *status quo* dominante, para se pensar um determinado contexto cultural.

Os termos civilização e moral, amplamente utilizados na *Genealogia da moral* e abordados de forma bem menos evidente em *O Nascimento da tragédia* são parte de uma estruturação bastante interessante que parece se repetir nas duas obras. Para se pensar a civilização, Nietzsche traz à tona o elemento bárbaro, ou, para definir a arte plástica, comedida e apolínea, o filólogo abarca a embriaguez e desmedida dionisíaca. Assim, é através da intervenção do elemento bárbaro que Nietzsche propõe sua reflexão crítica sobre a ordem, a civilização, a moral. Ainda que as intervenções históricas do filólogo não contenham uma sistematização convencional, é bastante significativo que ele se utilize de componentes historicamente determinados como os godos, os germânicos, os vikings, os vândalos, ou, de forma mais abrangente, “a besta loura”, para personificar empiricamente o bárbaro em sua *Genealogia da moral*. Também, em *O Nascimento da Tragédia*, Nietzsche se vale, exatamente, de um deus que apresenta em sua mitologia, pelo menos, duas possibilidades genealógicas: uma delas determina que Dionísio teria uma origem não grega, oriental, apresentando-o como estrangeiro e bárbaro. Nota-se, então, que em diversos momentos Nietzsche explora o bárbaro em sua concretude histórica ou pelo menos mitológica.

Entende-se que o termo bárbaro para o filósofo corresponde ao que não é domesticado, e portanto decadente, ao ser da vontade e dos instintos. Mas, parece-nos haver, ainda, dois vínculos importantes que unem aquele bárbaro apreendido do contexto histórico e o termo bárbaro usado de

forma mais abrangente no pensamento nietzscheano: em ambos os casos o bárbaro seria o homem não cristianizado e, também, aquele que não se insere em uma racionalidade ocidental, que seria para Nietzsche, desde Sócrates, um dos motivos para a decadência civilizacional.

Colocando, assim, em linhas bem gerais, a relação entre civilização e barbárie presente na elaboração nietzscheana, depreendemos daí uma interessante possibilidade para se pensar a complexidade cultural portuguesa. Pois, se a história oficial vem retratando os grandes monumentos da civilização, a literatura parece ser o espaço privilegiado para se refletir sobre tudo aquilo que foi recalçado e rejeitado por essa perspectiva limitadora.

Tomando, então, da argumentação de Nietzsche, a possibilidade de se revisar a história e, até mesmo, a imanência valorativa dos conceitos morais, através da introdução de um elemento “não viciado”, ou seja, o elemento bárbaro, e também, da importância do mouro no conjunto literário português, representativo de uma alteridade cultural e religiosa, buscaremos aqui analisar a figuração do mouro na obra de José Saramago, *História do cerco de Lisboa*.

Publicado em 1989, esse romance é citado, muitas vezes, como paradigma para se pensar a elaboração histórica na ficção saramaguiana. De maneira geral, essa obra não é considerada um romance histórico tradicional, mas uma metaficção historiográfica, por se desenrolar, em um primeiro plano, no tempo atual, e, apenas em outro plano, interior a este, apresentar uma abordagem histórica referente à tomada de Lisboa, em 1147. O “não” inserido pelo protagonista Raimundo Silva, em uma obra também intitulada *História do cerco de Lisboa*, vem servindo para se refletir sobre as diversas negações à história oficial, contempladas nos romances de José Saramago.

Mais do que a negação dos monumentos históricos, observamos, nessa obra, uma recusa ao tratamento generalizante dos fatos oficiais. O narrador aproveita-se ao máximo da liberdade conferida pelo lugar literário de sua enunciação, para elaborar considerações bastante argutas e inusitadas extraídas, principalmente, das subjacências dos fatos abordados. Um exemplo disso pode ser verificado pelo modo como o dado histórico, referente ao cerco realizado pelos portugueses, suscita formas interessantes de estruturação, no interior da trama ficcional, que mantêm uma relação de contigüidade com a idéia de cerco. Outro tipo de elaboração, tangencial ao contexto fabular aí contemplado, refere-se à maneira como o antagonismo das partes envolvidas no cerco, portugueses/cristãos e mouros/muçulmanos, é relativizado. De forma bem irônica, apresentam-se contextos, nos quais as divergências entre os aspectos religiosos e culturais entre os dois lados parecem totalmente arbitrários e inconsistentes.

Como dissemos, o enredo do romance contempla, entre outras coisas, o episódio histórico da tomada de Lisboa pelos portugueses, em 1147, então ocupada pelos mouros. O protagonista Raimundo Silva, revisor de uma editora, ao fazer a correção do livro, *História do Cerco de Lisboa*, começa a conjecturar sobre a fantasiosa hipótese de os cruzados se recusarem a ajudar D. Afonso Henriques em sua empreitada de reconquista da cidade, dominada pelos muçulmanos. Contrariando o seu histórico de revisor sempre correto e rigoroso, Raimundo Silva modifica deliberadamente o texto revisado, através da introdução da palavra “não”, em uma frase referente ao assunto, concretizando, assim, a hipótese imaginada. Na narrativa histórica por ele modificada e entregue à editora para publicação, passa a constar, então, que os cruzados negaram sua ajuda aos portugueses.

Essa inesperada intervenção do revisor, além de consequências factuais concernentes ao desenrolar da narrativa, parece constituir-se como o ponto crucial, de onde emerge a condição apontada acima, referente a uma nova possibilidade de estruturação discursiva, que, a nosso ver, mimetizaria a concepção, mesmo, de um cerco.

Assim, a emergência de uma alteridade estranha, presentificada pelos mouros, e da configuração, mesmo, de um cerco, como mecanismo de separação e ameaça, advêm da intervenção feita por Raimundo Silva em um texto historiográfico, mas alcança o plano narrativo mais abrangente, referente ao romance, no qual está contido este relato histórico.

A denominação corrente de bárbaros feita aos mouros é também utilizada nessa obra, como se pode verificar na passagem abaixo, e em muitos outros pontos do romance. Mas, como também se pode perceber no seguinte excerto, a terminologia e os próprios fatos narrados são constituídos de forma irreverente e irônica. Aqui, e ao longo de quase todo o texto, prevalece uma estruturação aparentemente coerente, fundamentada em silogismos irrefutáveis, que resulta, entretanto, em uma expressão absolutamente bizarra dos fatos. Assim, em um tom muito bem-humorado, resultante da levandade e despreensão com os quais constitui-se o discurso, o narrador apresenta a seguinte reflexão sobre o milagre de Ourique:

[...] aquele milagre de Ourique, celeberrimo, quando Cristo apareceu ao rei português, e este lhe gritou, enquanto o exército prostrado no chão orava, Aos infiéis, Senhor, aos infiéis, e não a mim que creio o que podeis, mas Cristo não quis aparecer aos mouros, e foi pena, que em vez da cruelíssima batalha poderíamos, hoje, registrar nestes anais a conversão maravilhosa dos cento e cinquenta mil bárbaros que afinal ali perderam a vida, um desperdício de almas de bradar aos céus. (SARAMAGO, 2004, p.20)

Dessa maneira, o registro referente ao desperdício de tantas “almas bárbaras” não corrobora nenhum estereótipo generalizante sobre os mouros, mas, contrariamente a isso, ironiza o mito histórico do milagre de Ourique, evidenciando sua expressão nacionalista fantasiosa e grandiloquente. Percebemos, na verdade, que o romance de Saramago, valendo-se do fato histórico que traz à tona o cerco de Lisboa, propõe diversas formas de se pensar a relação entre mouros e portugueses, desfazendo-se o lugar-comum do invasor bárbaro.

Já o seguinte excerto evidencia uma proposição que nos parece ser essencial para se pensar a narrativa de *História do cerco de Lisboa*. Em uma determinada situação de conflito, se apresenta um diálogo entre um mouro e o almuadem que não enxergava, no qual o mouro se oferece para descrever ao cego tudo o que se passa:

Não importa, vem comigo à muralha, eu digo-te tudo, a formosas atitudes como esta costumávamos nós chamar caridade cristã, o que uma vez mais vem demonstrar quanto as palavras andam ideologicamente desorientadas. (SARAMAGO, 2004, p.177)

A ironia, insinuada na citação acima, dirigida à pretensão cristã de tentar se apropriar de valores humanitários, que podem ser reconhecidos em várias culturas e religiões, ganha um alcance mais abrangente em sua última frase: “as palavras andam ideologicamente desorientadas”. Nessa colocação poderíamos, de fato, entrever a denúncia dos diversos desvios realizados, por exemplo, nos âmbitos, histórico, cultural ou religioso, justamente, pela sua expressão discursiva, ou pelo uso de palavras ideologicamente manipuladas.

Mas, nesse ponto, podemos inferir, também, uma motivação para a atitude aparentemente descompromissada ou, como dissemos, leviana, verificada nas elaborações do narrador da *História do cerco de Lisboa*. No lugar do confronto direto aos equívocos e contradições relativos à temática histórica e cultural, aí abarcadas, esse texto, apenas, reapresenta, de forma bastante inusitada, as situações viciosas já conhecidas. E é justamente a formatação desses fatos, através de um sarcasmo sutil, sem julgamentos aparentes, que expõe a falibilidade de diversas concepções e fatos historicamente aceitos. Assim, evitando suportes ideológicos declarados, o narrador parece, simplesmente, conjugar, ora com aguda ironia, ora com divertimento escancarado, episódios e comentários que, nessa conformação específica, resultam em disparates.

Uma forma interessante de comunicar a isenção religiosa, seguindo essa postura narrativa pode ser verificada no seguinte trecho: [...] e eram cidade e rio uma glória só, duvidando-se em todo o caso se sob o olhar do Deus dos cristãos ou do Alá dos mouros, se é que não estariam juntos a gozar do espetáculo e a combinar apostas. (SARAMAGO, 2004, p.127). Aqui, conforme comentado anteriormente, se patenteia mais uma vez a indistinção entre o cristianismo e o maometismo. Mas, abs-

tendo-se de argumentos ideológicos, a narrativa apresenta apenas comentários prosaicos e dessacralizadores sobre atuação do Deus cristão e de Alá, resultando assim, de forma implícita, em um encarnecimento do confronto histórico entre as crenças religiosas monoteístas aí implicadas.

Percebe-se, então, que a identificação entre o português católico, que historicamente se percebe como elemento civilizador, e o mouro, ao qual é atribuído o caráter bárbaro, é realizada através de uma construção narrativa que, sarcasticamente, desvenda a arbitrariedade dessa polarização. Mas, se por um lado o esvaziamento de signos, que fundamentariam esse antagonismo, é obtido por uma abordagem desmitificadora e irreverente dos mesmos, por outro, algumas expressões banais, que promulgam o preconceito mútuo entre portugueses e mouros, são também contempladas com ironia. Um exemplo extremo disso pode ser apreciado nas jocosas considerações em torno do epíteto “cão”, utilizado tanto por cristãos quanto por mouros para se referirem uns aos outros de forma ofensiva, conforme apresentado no seguinte trecho: “[...] dos humanos, que tão mau uso fazem do nome de cão, a torto e a direito o atirando a cara dos inimigos, de mouros os cristãos, de cristãos os mouros, de judeus todos juntos.” (SARAMAGO, 2004, p.70).

Mas, para rematar, de fato, o assunto, a narrativa, levando a termo a irracionalidade da recíproca designação de cão entre mouros e cristãos, apresenta uma imagem igualmente absurda e fantástica, que consegue expressar, ao mesmo tempo, a condição trágica, cômica e arbitrária da situação:

[...] talvez se levantássemos este empedrado moderno do Largo de Santo António da Sé e cavássemos fundo nos aparecesse um alicerce do tempo, algumas escamas de ferrugem de antigas armas, um cheiro de tumba, dois confundidos esqueletos, de guerreiros, não de amantes, gritaram ao mesmo tempo, Cão, e ao mesmo tempo um ao outro se mataram. (SARAMAGO, 2004, p.71)

Buscamos, nesse texto, comentar alguns dos tantos registros nos quais a figuração do mouro, no romance *História do cerco de Lisboa*, se constitui pela aproximação ou mesmo identificação com os portugueses. Observamos, na elaboração narrativa da obra, uma articulação muito precisa e irônica, que destitui o antagonismo entre o pólo civilizador português e seu oposto, presentificado pelo bárbaro mouro, através de representações que evidenciam o caráter arbitrário dessa polarização. Para isso são elaboradas, de forma despretensiosa, em nuances que vão do bom-humor ao sarcasmo, estruturas que denotam a confluência entre a cultura portuguesa e a moura, passando, por exemplo, pelos signos religiosos, onde deliberadamente se toma Alá pelo Deus cristão e vice-versa, e, também, pela constituição étnica dos portugueses, na qual se diz haver “mais sangue de mourisma do que de arianos lusitanos” (SARAMAGO, 2004, p.74).

E se, ao longo da narrativa de Saramago, os mouros são chamados de bárbaros sendo referenciados, ainda, segundo diversas outras concepções preconceituosas, isso ocorre, conforme já foi discutido, para se evidenciar o fundo patético e precário sobre o qual está assentado esse tipo de atribuição. Mas, se o que resulta de toda essa performance textual é, de fato, uma identificação entre mouros e portugueses, na citação abaixo, pode-se acompanhar uma outra possibilidade de diferenciação cultural que é, realmente, endossada pela narrativa:

[...] treze mil homens que falam sabe-se lá como e que, tendo sentimentos, quem o duvida, os exprimem tão distantemente da nossa compreensão que mais perto estarão eles dos seus inimigos mouros do que de nós, que temos título e bandeira de descendentes. (SARAMAGO, 2004, p.183)

Os treze mil homens aí mencionados são os portugueses participantes do cerco à cidade de Lisboa e o trecho se refere à dificuldade do revisor-autor Raimundo Silva em reconstituir, nos personagens de sua narrativa ficcional, a personalidade, as características subjetivas e culturais, do homem português daquela época. Mas, como dissemos, o excerto ressalta um descompasso cultural, que não pode ser atribuído à diversidade entre mouros e portugueses. Contrariamente a isso, a ela-

boração desse fragmento sugere que seria na história, em um âmbito, mesmo, cronológico, que poderia ser encontrado o verdadeiro fator determinante das disparidades culturais. O grande espaçamento temporal, de quase mil anos, que separa o autor Raimundo Silva do período histórico abordado em sua narrativa, parece se configurar como principal entrave para o entendimento da atmosfera cultural a ser retratada. Mas, o que aqui se apresenta como uma proposição pouco incisiva será, em outros momentos, retomado de forma bem significativa e instigante. Abstendo-se de julgamentos ou hierarquias valorativas, a narrativa volta-se para o seu plano histórico, ano 1147, para apresentar diversas ações humanas, aparentemente espontâneas, mas sobre as quais se propõe haver a intervenção condicionante do contexto cultural da época. Assim, há um constante questionamento sobre o reflexo da condição histórica e cultural no comportamento afetivo e até sexual dos personagens, colocando-se em causa o caráter natural ou instintivo que costuma ser atribuído a essas ações.

Concluímos, então, esse trabalho, com a sugestão apresentada pela obra saramaguiana de um deslocamento da alteridade cultural dos âmbitos religiosos ou étnicos, por exemplo, para o contexto histórico temporal. Percebemos, também, que a figura do mouro, sempre associada ao perigo iminente, está tão entranhada no referencial luso que, mesmo se desvinculando da significação histórica, atua, no discurso popular, como uma “reminiscência retórica”, representativa da desconfiança em relação ao desconhecido, qualquer que seja ele. Mas, o que nos parece ainda mais significativo que isso, é que, paralelamente ao universo fabular e simbólico relativo à figuração do mouro na *História do cerco de Lisboa*, observa-se, também, uma reflexão bastante irreverente em torno de uma caracterização bárbara dos próprios portugueses.

## **Referências Bibliográficas**

MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. *Nietzsche: civilização e cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. Tradução, notas e posfácio de Jacó Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. Companhia das Letras: São Paulo, 2004.

---

## **Autora**

<sup>1</sup> **Carla Carvalho ALVES (Doutoranda)**

Universidade de São Paulo (USP)

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

carla.carvalhoalves@usp.br